



Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação

Franciéle Carneiro Garcês da Silva^I
<https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

Dirnéle Carneiro Garcez^{II}
<https://orcid.org/0000-0002-3061-9352>

Priscila Rufino Fevrier^{III}
<https://orcid.org/0000-0003-3641-5200>

Ana Paula Meneses Alves^{IV}
<https://orcid.org/0000-0002-1137-2139>

^I Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
Doutoranda no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação (IBICT/UF RJ). Bacharela em Biblioteconomia (UDESC). Representante discente ANCIB - Gestão Plural (2020-2022). Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual. Coordenadora do Selo Nyota e do Grupo de Trabalho Relações Étnico-raciais e Decolonialidades, vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS).

^{II} Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Mestra em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC). Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Integrante do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS).

III Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, em convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Doutoranda em Ciência da Informação de Informação (IBICT/UFRJ). Mestre em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação. Membro do Grupo de Trabalho "Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades", vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Bolsista CAPES de Desenvolvimento Social (CAPES-DS).

IV Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Professora Adjunta do Departamento Organização e Tratamento da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus Marília em regime de cotutela com a Universidade de Granada - Espanha, na qual recebeu o título de Doutora em Ciências Sociais. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos. Bacharela em Biblioteconomia pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus Marília. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI-UFMG).

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/40060>

Quais os enfoques na produção científica do campo biblioteconômico-informacional vinculam a competência em informação e a justiça social para população negra? Esta é a problemática que este artigo visa responder, e para o qual o objetivo geral está em refletir sobre a justiça social e a população negra, sob a lente teórica da Competência em Informação. Trata-se de um estudo teórico, de cunho bibliográfico e documental, que possui como base artigos, livros, capítulos de livros e outros recursos informacionais coletados na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). A reflexão teórica está estruturada pela discussão sobre competência em informação para uma ação social, promoveu uma cartografia das discussões sobre capitalismo, globalização e capitalismo racial enquanto instrumentos de injustiça às pessoas negras e outras não-brancas, e, por fim, trouxe quatro estratégias que

compõem a teoria da justiça social para pessoas negras, a partir do olhar para competência em informação.

Palavras-chave: *Competência em Informação; Justiça social; População negra; Teoria da justiça social.*

Social justice and black population: a theoretical-critical look at Information Literacy

What approaches in scientific production in the librarianship-informational field link information competence and social justice for the black population? This is the problem that this article aims to answer, and for which the general objective is to reflect on social justice and the black population, under the theoretical lens of Information Competence. This work is a theoretical, bibliographic and documentary study, which is based on articles, books, book chapters and other information resources collected in the scientific literature in Librarianship and Information Science (LIS). The theoretical reflection is structured by the discussion about information literacy for social action, promoted a cartography of the discussions about capitalism, globalization and racial capitalism as instruments of injustice to black and other non-white people, and, finally, brought four strategies that compose the theory of social justice for black people, from the point of view of information literacy.

Keywords: *Information literacy; Social justice; Black population; Social justice theory.*

Recebido em 22.02.2021 Aceito em 03.06.2022

1 Introdução

Este artigo parte de reflexões e estudos desenvolvidos ao longo do período 2020-2021 no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI), grupo de pesquisas do qual as pessoas autoras fazem parte. Sobretudo, o interesse está em ampliar a discussão sobre a promoção da justiça social e suas ramificações (a justiça racial, de gênero e informacional) sob o olhar do campo da Competência em Informação (CoInfo).

Ao nos voltarmos para a análise dos públicos em situação de vulnerabilidades sociais, econômicas, educacionais e políticas, as populações de origem africana compõem a maior parte desse público, independentemente do lugar geográfico em que se encontram. No atual cenário pandêmico, tais populações sofreram com o agravamento das desigualdades, configurando o maior número de óbitos pela COVID-19, maior parte da população em situação de desemprego ou em subocupações, assim como sofreram com os retrocessos no desenvolvimento educacional (IBGE, 2021; FIOCRUZ, 2020a, 2020b; PERINI; CIPRIANI, 2021; REZENDE, 2021; SANTOS, *et al*, 2020; SILVA; SILVA, 2021).

Nesse sentido, considerando a produção teórica com perspectiva étnico-racial e populações colocadas às margens, questionamos: quais os enfoques na produção científica do campo biblioteconômico-informacional vinculam a CoInfo e a justiça social para população negra? Visando responder essa problemática, buscamos refletir sobre a justiça social e a população negra, sob a lente teórica dos estudos da CoInfo.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma investigação teórica, de cunho documental e bibliográfico, a qual articula três elementos centrais: justiça social, pessoas negras e a CoInfo. Elaboramos a referente pesquisa com base em artigos, livros, capítulos de livros e outros recursos informacionais coletados na literatura científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Tais recursos foram recuperados nas bases de dados Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca JSTOR, *Web of Science e Library, Information Science and Technology Abstracts* (LISTA), nos meses de junho a novembro de 2021. A recuperação dos recursos informacionais aconteceu pelos termos de busca "justiça social AND competência em informação", sem recorte temporal definido, escritos nos idiomas inglês, português e espanhol, utilizando-se de busca por operadores booleanos quando necessário.

No que se refere à estrutura, esse artigo apresenta uma revisão de literatura sobre CoInfo para uma ação social, seguida de seção que promove o entendimento sobre o capitalismo, globalização e capitalismo racial enquanto instrumentos de injustiça às pessoas negras e outras não-brancas, seguidas da apresentação da teoria da justiça social para

peças negras, a partir do olhar para CoInfo e, por fim, apresentamos reflexões que encerram as considerações finais do artigo.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA UMA AÇÃO SOCIAL

Para que possamos compreender como a CoInfo se apresenta como um caminho promissor para atingir a justiça social de grupos historicamente marginalizados e subrepresentados em nossa sociedade, entendemos ser salutar realizarmos uma breve contextualização da origem, conceitos e características desse campo no contexto internacional e brasileiro.

É importante contextualizar a origem dos estudos e aplicações da CoInfo no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Neste sentido, podemos demarcar sua história pelo olhar da Ciência da Informação no século XXI. Segundo Araújo (2018) a CoInfo é considerada uma das teorias contemporâneas das subáreas da Ciência da Informação. Pelo viés biblioteconômico, é importante destacar o cenário pós-custodial e a maior importância dada ao usuário e ao uso que o mesmo faz dos recursos e serviços oferecidos pelas bibliotecas. O desenvolvimento da área de formação e educação de usuários foi o primeiro passo para chegarmos aos estudos de CoInfo que temos na atualidade. Conforme Alves (2016, p. 38-39):

[...] podemos observar que, conforme a inquietação em relação ao usuário foi se ampliando, o seu conceito ficou mais abrangente, aderindo à questão do ensino e da aprendizagem, ou seja, passando de formação de usuário à educação de usuários. Essa mudança envolve a interiorização de novas habilidades e atitudes e o desenvolvimento de novos conhecimentos com relação ao trato informacional, enfatizando a importância da ação cognitiva e comportamental do usuário e não mais apenas da técnica.

Além disso, devem ser pontuadas a influência do meio e a ação transformadora no indivíduo e na sociedade com o intuito de demonstrar a importância da educação de usuários de uma maneira holística na vida do mesmo. É preciso ressaltar que se entende, como importância, o papel social da educação de usuários, auxiliando na criação de uma postura mais crítica, criativa e proativa com relação à informação - seja individual ou coletivamente, no momento e, em especial, ao longo de sua vida, sob aspectos que incluam o conhecer, o acessar, o avaliar, o usar e o agir eticamente no contexto informacional. Alcançada plenamente, chegamos ao ponto que a educação de usuários se configura em Competência Informacional.

A literatura consagra o surgimento do termo *Information Literacy*, ao americano Paul Zurkowski, em 1974, representante do segmento da indústria da informação, que sugere a Comissão Nacional de Bibliotecas americana, em virtude das novas demandas e papéis das tradicionais bibliotecas e do setor privado de informação, que seja estabelecido, como prioridade, um grande programa nacional voltado ao desenvolvimento de Competência em Informação (ZURKOWSKI, 1974). Esse surgimento, tão dentro do cenário da indústria da informação, ou nos dizeres de Enright (2013, p. 17, tradução nossa), em um momento que “as relações sociais de exploração e mercantilização são expandidas para novas áreas da vida social sob os auspícios do neoliberalismo”, já denota uma crítica que acompanhou os estudos de CoInfo por muito tempo: estar muito voltada ao desenvolvimento de competências como resultado de um cenário neoliberal, ou seja, para a formação de um sujeito competente em informação que atenda aos interesses do projeto neoliberal (ENRIGHT, 2013). Ponto importante dentro de nossa discussão, que se volta a um aspecto mais social da CoInfo, que foi se estabelecer, décadas a frente deste momento do surgimento do termo (URIBE TIRADO, 2013).

No contexto brasileiro, as discussões sobre a *Information Literacy*, com grande influência da corrente americana, aportam no país no final da década de 1990. Em 1998, na Universidade Federal de Minas Gerais, o Grupo de Estudos de Bibliotecas Escolares (GEBE), coordenado pela professora Bernadete Campello, uma das precursoras dos estudos sobre CoInfo no Brasil, promove um evento que conta com a presença de Carol Kuhlthau, educadora americana, expoente na área de estudos de Comportamento Informacional e Competência em Informação. A educadora foi convidada para discutir o papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem, considerando sua importância na Sociedade da Informação e no contexto das tecnologias de informação e comunicação. Nesse enquadramento, Carol Kuhlthau destacou alguns importantes desafios e oportunidades a serem enfrentados pelas bibliotecas escolares brasileiras:

No Brasil é tempo de desafio e oportunidade. É tempo para se atacar duas frentes. A primeira é fazer um esforço geral para trazer a tecnologia para as escolas, definindo-se a meta de que cada escola esteja conectada à Internet, no sentido de disponibilizar recursos informacionais abundantes. Os bibliotecários escolares podem liderar o processo, dando este salto para a sociedade da informação. O segundo é concentrar-se na preparação do estudante para um ambiente rico em informação: no mercado de trabalho, na cidadania e na vida cotidiana. Com ou sem tecnologia pode-se começar a introduzir a abordagem questionadora na aprendizagem

e usar estas estratégias em colaboração com os professores em sua escola.

Os bibliotecários escolares podem conduzir ou iniciar uma abordagem questionadora de ensino para preparar os estudantes para a sociedade da informação, através de cinco iniciativas:

1. centrar a atenção no processo de aprendizagem;
2. liderar na implementação do uso de tecnologia para aprendizagem;
3. desenvolver redes de recursos para aprendizagem;
4. integrar uma abordagem questionadora ao ensino ao longo do currículo, através de uma variedade de recursos informacionais;
5. iniciar o trabalho em equipes com os professores da escola. (KUHLETHAU, 1998, p. 13-14).

Infelizmente, e em especial nesse período marcado pela pandemia de Covid 19, podemos ver o quanto o cenário de desafio e oportunidade desenhado por Kuhlthau em 1998, para bibliotecas escolares, mas que pode ser estendido a outras instituições da área informacional, ainda não saiu da esfera dessas duas palavras- desafio e oportunidade - sem um projeto concreto, essencialmente em e para territórios e populações mais vulneráveis, como discutiremos mais a frente.

Mas, retomando o momento de discussão inicial da CoInfo no Brasil, principiado pelos estudiosos das bibliotecas escolares, esse foi sucedido de uma contínua, coerente e ampla produção científica sobre a temática, em diferentes cenários, tipologias e aplicações, a partir dos anos 2000, em todas as regiões do país, demonstrando uma forte linha de estudos, perspectivas e tendências brasileiras (DUDZIAK, 2010; BELUZZO, 2018; FARIAS *et al.*, 2021). Tais estudos também abordaram questões terminológicas, buscando a melhor tradução para o termo *Information Literacy* (que se dividiam entre competência em informação, competência informacional, letramento informacional, alfabetização informacional, alfabetização em informação, literacia em informação, habilidades informacionais, dentre outros). Para tanto, hoje, temos um grupo expressivo de estudiosos adotando o termo Competência em Informação, com aporte teórico do documento publicado pela Unesco e organizado por Horton Jr. (2013) - *Overview of Information Literacy Resources World wide* -, que sugere o termo para português do Brasil, assim como a Carta de Marília (2014), que aponta o acrônimo CoInfo. Considera-se, também, a influência de estudos que destacam o papel da designação "Competência em Informação" significar competência em algo (informação) e não a competência de algo/alguém (informacional)¹. Outras terminologias

1 Para se aprofundar um pouco mais sobre esta discussão terminológica sugerimos que assista a o vídeo: [COMPETÊNCIA em Informação e Competência profissional: convergências e divergências no](#)

também continuam a ser adotadas, como Competência Informacional, com uso como sinônimo ou Letramento Informacional (GASQUE, 2012), com algumas diferenciações significativas em suas aplicações; outras com significados associados também surgiram, muitas por influência de outras competências, como por exemplo Competência em Informação e Midiática (MIL) (UNESCO, [2020]), Competências Infocomunicacionais (BORGES, 2018) e a Competência Crítica em Informação (BRISOLA, 2021); mas, em ambos os casos, os estudos são apresentados com arcabouços teóricos pertinentes a propostas de seus pesquisadores, que dão sustentação a terminologia adotada.

Com relação a conceitos, a CoInfo é composta por uma série de “habilidades e atitudes para definir uma necessidade informacional, buscar a informação, avaliá-la e usá-la de forma crítica, ética e consciente” (SANTOS; ALCARÁ, 2018, p. 154). Se caracteriza como um processo de ensino-aprendizagem que pode acontecer de forma individual ou coletiva, e possui como objetivo a potencialização de conhecimentos, de habilidades e de atitudes para que os sujeitos consigam usar de maneira eficiente a informação que se apresenta em diferentes contextos e formatos. Um sujeito competente em informação consegue reconhecer quando e quais informações são necessárias, e é capaz de localizar, avaliar e usar de forma efetiva essas informações (ALA, 1989; ALVES, 2016) para resoluções de seus problemas, para sua transformação social enquanto indivíduo e em prol do coletivo sempre considerando o contexto que está inserido.

Beluzzo (2007) ressalta que CoInfo pode ser compreendida a partir de três concepções distintas, a saber: a) a digital que está relacionada com a Tecnologia da Informação e comunicação (TICs); b) a informação propriamente dita, que se preocupa com os processos cognitivos; e, c) por último, a social, que direciona seu olhar para a capacidade do sujeito em exercer sua cidadania.

As habilidades e competências que são inerentes à CoInfo ultrapassam o espaço da biblioteca, e vão muito além de como saber utilizar o computador para ter acesso à informação ou ainda possuir domínio das tecnologias (FARIAS *et al.*, 2021; OLIVEIRA; VITORINO, 2020). As pesquisadoras Farias *et al.* (2021) refletem que tais habilidades e competências estão associadas à,

[...] proficiência investigativa que envolve o reconhecimento de necessidades de informação, saber utilizá-la para a tomada de

que se refere às competências gestoras. Palestra ministrada por Marta Lúcia Pomim Valentim. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (106 min). Live publicada pelo canal FEBAB. Organização do Grupo de Trabalho de Competência em Informação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WQ7WM7GhYvk&t=497s>. Acesso em: 25 jan. 2022.

decisões conscientes e saber, ainda, lidar com grandes volumes informacionais. Tais habilidades, dentre elas a capacidade de aprendizagem ao longo da vida, se tornaram fundamentais para a adaptação do sujeito às exigências das constantes mudanças na sociedade. (FARIAS *et al.*, 2021, p. 291).

Em um modelo teórico para o processo de Competência em Informação para justiça social, Silva *et al.* (2021, p. 10) destacam que o processo de desenvolvimento da CoInfo, voltado para o contexto amplo da justiça social e responsabilidade social, “[...] deve ter um significado para todos os envolvidos, os estimulando (intenção/interesse) a um movimento de entrega (comportamento) a esse procedimento, de modo que ele os auxilie efetivamente em suas diferentes necessidades de transformação social.” Desse modo, para as autoras:

Essa concepção nos possibilita adentrar em um processo que, para além da mobilização de habilidades, atitudes e conhecimentos, quais sejam considerados aqui (informáticos, comunicativos e informativos), também considera: 1) a intenção, entendida como interesse, aspectos motivacionais e estímulo ao querer fazer dentro deste contexto e, 2) o comportamento, compreendido como o movimento de ação cognitiva e prática, que levará ao andamento de uma ação transformadora desses sujeitos. Desse modo, temos habilidades, atitudes, conhecimentos, intenção e comportamento como componentes da CoInfo mobilizados com o objetivo de gerar um processo de desenvolvimento contínuo, com estímulo ao pensamento crítico, à independência e à emancipação social. (SILVA *et al.*, 2021, p. 10).

Vitorino e Piantola (2009, 2011, 2020) e Vitorino e De Lucca (2020) destacam que a CoInfo está alicerçada em quatro dimensões: técnica, estética, ética e política. Brito e Vitorino (2019) fazem uma analogia ao se referirem que tais dimensões, juntas, seriam como uma espécie de “colcha de retalho”, e que uma não sobrevive sem a outra, pois necessitam que sejam desenvolvidas de forma simultânea, com o propósito de promover a competência em informação. De forma resumida, a *dimensão técnica* diz respeito às habilidades para acessar adequadamente a informação e o domínio das TICs; a *dimensão estética* está relacionada à compreensão, saber relacionar e ressignificar a informação; já a *dimensão ética* consiste no uso responsável da informação; e por fim, a *dimensão política* está relacionada ao efetivo exercício da cidadania. As autoras supracitadas refletem que a CoInfo junto às dimensões elencadas anteriormente podem ser consideradas

como um direito fundamental, visando contribuir na justiça social direcionada aos sujeitos que vivem às margens da sociedade. Dessa forma, tais sujeitos poderiam exercer sua cidadania plena, criar autonomia e quebrar os ciclos que os colocam nesse lugar de marginalidade e marginalização dentro da sociedade brasileira (VITORINO; PIANTOLA, 2011; BRITO, VITORINO, 2019; VITORINO, 2018).

Para Vitorino e Piantola (2009, 2011, 2020), o conceito, ao versar sobre as quatro dimensões, aborda desde o acesso à informação, o uso das tecnologias de informação e comunicação, até a reflexão crítica da informação, de seu contexto, impacto social, cultural, econômico, ético e filosófico. Vitorino (2018, p. 82), também chama atenção que a CoInfo deve ser vista como uma metacompetência, intrinsecamente ligada a vulnerabilidade em informação, conceito que descreve como:

[...] um estado de susceptibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação.

Nesse contexto social, a CoInfo extrapola a ideia de ser somente um conjunto de habilidades para acesso e uso da informação de forma adequada. É considerada como um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade, de políticas públicas em educação, em saúde, em cultura, em assistência social, entre outras, em especial, as voltadas para pessoas em condições de vulnerabilidades. Por isso, auxilia na “[...] construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que as pessoas fazem escolhas mais conscientes e são capazes de determinar o curso de suas vidas.” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138). Doherty (2007) nos fala que dar voz aos sujeitos silenciados talvez seja o papel mais importante que a competência em informação pode desempenhar. Vitorino (2018, p. 83) complementa:

O pilar mais consistente da competência em informação, no nosso entender, concretiza-se na educação para a informação, pois pessoas que se desenvolvem e que passam de dada condição de vulnerabilidade social, alcançam um patamar elevado na sociedade – se “inserir” efetivamente nesta – pois poderão usufruir da cidadania e contribuir de maneira efetiva para uma vida mais feliz.

O que se espera é uma CoInfo direcionada para sujeitos que vivem às margens da sociedade, em contextos de subalternização, marginalização e vulnerabilidade social, os quais são silenciados em uma sociedade patriarcal, colonial, branca (representada pelo homem branco, classe média, cristão), racista, machista e cisheteronormativa, na qual sujeitos diferentes desse padrão não são reconhecidos como parte desta sociedade.

Evidenciamos algumas pesquisas no contexto brasileiro que estão em sintonia com esse papel social e se preocupam com uma CoInfo sensível e pensada para sujeitos pertencentes a grupos (como as pessoas negras, as indígenas, a população lgbtqia+ e as mulheres dentre outras) cujas vidas são transpassadas pelas estruturas de opressão e subjugo acima mencionadas. Neste sentido, destacamos o trabalho voltado para as questões raciais e intitulado "*Competência em Informação para a igualdade racial*", de autoria de Gleyce Kelly Alves Sousa, Erinaldo Dias Valério e Arthur Ferreira Campos, cujo objetivo foi "analisar a competência em informação no campo das relações raciais, com foco na população negra, das (os) estudantes da FIC/UFG" (SOUSA; VALÉRIO; CAMPOS, 2021, p.142).

Destacamos, a pesquisa em CoInfo direcionada para a população LGBTQIA+, de autoria de Guilherme Goulart Righetto, a qual investigou a competência em informação das pessoas trans da região de Florianópolis, a partir das necessidades de informação destas (RIGHETTO, 2018). Seguindo nesta linha, destacamos o estudo com enfoque nos povos originários sob o título "*A competência em informação dos estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina*", de autoria de Hugo Leonardo Prado, Jucenir da Silva Serafim, Clara Duarte Coelho e Linete Bartalo, o qual visa discutir "a competência em informação para a aprendizagem acadêmica dos discentes indígenas da Universidade Estadual de Londrina" (PRADO; SERAFIM; BARTALO, 2017, p. 102).

Evidenciamos, também, as pesquisas sobre CoInfo e Vulnerabilidade realizadas por Elisete Vieira Vitorino e pelo grupo de pesquisa que lidera, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Dentre diversos estudos destacamos "A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da 'vulnerabilidade em informação'", que aborda o conceito, as características e as aproximações da CoInfo e da vulnerabilidade, além de propor um conceito para vulnerabilidade informacional (VITORINO, 2018).

Apontamos, também, os estudos vinculados à CoInfo e a linha de Emancipação Social, realizados no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI), liderado pela professora Ana Paula Meneses Alves, da Universidade

Federal de Minas Gerais, do qual destacamos o estudo “*Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas*”, que tem como objetivo a proposta de um modelo teórico de CoInfo para a justiça social em bibliotecas e unidades de informação, orientada pela discussão de justiça informacional, social, racial e de gênero dentro destas ambiências informacionais, a partir de teóricos e pesquisadores do campo biblioteconômico-informacional e correlatos (SILVA *et al.*, 2021).

Conforme apontamos, a CoInfo possui potencial para atuar em prol da justiça social vinculada a populações vulneráveis socialmente e racialmente oprimidas. Entretanto, nas sociedades contemporâneas, assim como no campo biblioteconômico-informacional, existem elementos que podem compactuar para que a CoInfo deixe de exercer seu papel para a justiça social de populações negras, conforme exploraremos a seguir.

3 DA GLOBALIZAÇÃO AO CAPITALISMO RACIAL: IMPEDITIVOS DA JUSTIÇA SOCIAL ÀS PESSOAS NEGRAS

Desde o início da humanidade, os grupos hegemônicos influenciam no desenvolvimento das sociedades sempre embasados por instrumentos de poder para domínio de povos e continentes, visando a exploração e espoliação de recursos que gerem capital. Tais instrumentos de poder (colonialismo, religião, classe social, raça) foram sendo moldados ao longo do tempo, e alguns sofreram complementações por outros de forma a somar hierarquias excludoras e determinantes de valor aos sujeitos, países e continentes.

As sociedades hegemônicas passaram, então, a hierarquizar aqueles sujeitos considerados por elas como “Outros”, de forma a determinar quais podiam ascender a *status* de ser considerado ser humano, utilizando de instrumentos como os dispositivos de racialidade (CARNEIRO, 2005), a escravidão (LEITE, 2017), a necropolítica (MBEMBE, 2016), o epistemicídio (CARNEIRO, 2005), entre outros, para dominação, exploração e extermínio. Todos esses instrumentos foram usados sob o discurso do desenvolvimento dos países hegemônicos, especialmente após períodos de crises financeiras e guerras, sendo vigentes na atualidade aqueles vinculados à globalização, capital e ao neoliberal.

Em *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*, Cedric J. Robinson elucida a relação entre raça e capitalismo. Robinson infere que o desenvolvimento histórico do capitalismo mundial foi influenciado fundamentalmente pelas forças do racismo e do nacionalismo. Defendendo a existência do Marxismo Negro, reescreve a ascensão do Ocidente desde os tempos antigos até o século XX, delineando as raízes do pensamento radical negro e epistemologia dos diversos povos africanos (ROBINSON; 2000; KELLEY, 2000).

Teceu também uma crítica ao marxismo ocidental e a capacidade de compreensão do fator raça no capitalismo, assim como dos movimentos nascidos a partir do povo negro e africano em diáspora:

Marx não havia percebido totalmente que as cargas de trabalhadores também continham culturas africanas, misturas críticas e misturas de linguagem e pensamento, de cosmologia e metafísica, de hábitos, crenças e moralidade. Esses eram os termos reais de sua humanidade. Essas cargas, então, não consistiam em intelectuais isolados ou negros desculturados - homens, mulheres e crianças separados de seu universo anterior. O trabalho africano trouxe consigo o passado, um passado que o produziu e fixou nele os primeiros elementos de consciência e compreensão. (ROBINSON, 2000, p. 121-122, tradução nossa).

Robinson revelou as raízes do racismo ocidental desenvolvidas na civilização europeia, antes do surgimento do capitalismo, surgidas da racialização do proletariado e da supremacia racial branca na Europa. O autor desvela novos olhares para a historiografia europeia e argumenta que a hierarquia racial entre os próprios grupos étnico-raciais brancos se desenvolveu com o ingresso de trabalhadores imigrantes em territórios europeus. Tais trabalhadores foram inseridos na base da hierarquia racial, especialmente os eslavos e os irlandeses, os quais eram considerados os primeiros não-brancos da Europa (ROBINSON, 2000; KELLEY, 2000).

Desmistificando a ideia de "proletariado universal", Robinson explica que mesmo nas sociedades europeias existiram aquelas pessoas brancas trabalhadoras que eram condicionadas pela burguesia ao recebimento de baixos salários e violências por serem oriundas de populações colonizadas. Tal forma de racismo serviu para moldar os processos de proletarização e a formação de consciência dos trabalhadores (KELLEY, 2000).

Baseado especialmente em Oliver Cromwell Cox, Robinson desafia a ideia marxista de que o capitalismo foi uma negação do feudalismo, e tece a explicação sobre o nascimento do capitalismo dentro do sistema feudal e seu florescimento no Ocidente. Robert Kelley (2022, p. 383) argumenta que o "capitalismo era/é "racial" não por causa de alguma conspiração para dividir os trabalhadores ou justificar a escravidão e a expropriação, mas porque o racismo já havia permeado a sociedade feudal ocidental". Por isso, o capitalismo racial: a) extrai mais-valia e estrutura o valor de troca concedendo valores diferentes às vidas humanas e ao trabalho (KELLEY, 2022); b) esses valores de troca são atribuídos via

[...] encercamentos de terras, escravidão, expropriação, deslocamento, empréstimo predatório, tributação, privação de direitos e a longa história de pilhagem por meio de terror e políticas

governamentais que suprimiram salários de sujeitos racializados, livrou-os de propriedades, excluiu os negros de melhores escolas e acomodações públicas, assolou os valores domésticos dos negros e subsidiou o acúmulo de riqueza dos brancos. (KELLEY, 2022, p. 383).

Na atualidade, tanto o racismo quanto o capitalismo continuam como mantenedores das hierarquias raciais dos tempos passados – embora agora com enfoques para diferentes grupos étnico-raciais, assim como grupos sociais que sofrem com a opressão e dominação de um sistema patriarcal – para se reproduzir e fortificar no sistema de mundo globalizado.

Em seu livro *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, o geógrafo Milton Santos reflete sobre o papel da ideologia na construção, disseminação e preservação da globalização como conhecemos. A globalização pode ser compreendida como o “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2001, p. 23) e possui elementos que a fundamentam. Um desses elementos é o estado das técnicas, compreendido como um sistema cujas etapas são realizadas de forma combinada por intermédio do trabalho, das formas e lugares de seu uso. Dentre os sistemas de técnicas, Santos cita a *técnica da informação*, representada pela cibernética, informática e eletrônica. Tal técnica permitiu a comunicação entre diversas outras técnicas, possuindo um papel determinante no tempo, lugar e momentos nos quais foram usadas, e possibilitando o desenvolvimento histórico de um povo ou sociedade de uma época. Apesar de surgirem novas técnicas, as anteriores não desaparecem, somente outros novos instrumentos passam a ser utilizados pelos grupos hegemônicos, enquanto os grupos não-brancos permanecem usando os conjuntos de técnicas desatualizadas (SANTOS, 2001).

Santos advoga sobre a existência de três mundos em um só, no qual o primeiro se refere à *globalização vista como fábula* onde um mundo fantasioso é repetidamente difundido pelos meios de comunicação em massa, buscando a promoção da ideia de homogeneização do acesso a bens e produtos, encurtamento de distâncias e tempo, invisibilizando as desigualdades e diferenças que impactam no exercício universal da cidadania. No segundo mundo, *a globalização é vista como perversa*, pois resulta no aumento da pobreza com alto índice de desemprego, perda da qualidade de vida, sucateamento da educação, surgimento de novas doenças, permanência da mortalidade infantil e alastramento da corrupção, egoísmos, entre outros, os quais compõem o que o autor chama de *perversidade sistêmica*. Por fim, o terceiro mundo pode ser pensado

como possibilidade de uma *globalização mais humana* que compõe uma “sociodiversidade”, a qual parte da combinação de povos, grupos étnico-raciais e culturas de todos continentes, assim como de filosofias oriundas de outros olhares em contrapartida ao racionalismo europeu. No plano teórico desse novo mundo, o autor defende a possibilidade de criação de novos discursos e metanarrativas que promovam a escritura de uma nova história (SANTOS, 2001).

Unindo as perspectivas teóricas de Robinson (2000), Kelley(2000, 2022) e Santos (2001) podemos compreender que a manutenção do sistema capitalista contemporâneo utiliza da hierarquia racial para promoção das desigualdades sociais e étnico-raciais, visando o aumento do lucro e do consumo para acúmulo de recursos e poder.

Nesse sentido, questionamos o que estamos refletindo no campo biblioteconômico-informacional sobre a relação entre capitalismo e discussão racial, especialmente nos estudos em Competência em Informação?

Quando se discute os temas das dinâmicas de poder e povos racializados, se costuma abordá-los sob o conceito *diversidade*, entendida como o signo central para prover discussões sobre os problemas da supremacia racial branca (SAAD, 2020) predominante no campo biblioteconômico-informacional, assim como se posicionar contra as dominações de grupos étnico-raciais colocados em lugares de subordinação e as dinâmicas de manutenção de poder dos grupos hegemônicos. Entretanto, a raça e o racismo ainda continuam a ser tratados pelo campo de forma acriticamente a devida atenção para esferas como currículo, projeto político pedagógico dos cursos, atuação profissional, entre outras, nas quais tais discussões seriam cruciais. O discurso sobre diversidade apresenta uma superficialidade e limitação do conceito que camufla debates aprofundados sobre as relações raciais e manutenção de poder no campo e nas bibliotecas (HUDSON, 2017). Por isso, Hudson situa a diversidade em BCI como um antirracismo liberal, haja vista a tendência da diversidade privilegiar narrativas individualistas de (anti-)racismo. “O paradigma da diversidade em BCI trata o racismo em grande parte como um problema de homogeneidade monocultural, identificando a heterogeneidade multicultural como sua visão de justiça racial e a inclusão como sua estrutura antirracista central.” (HUDSON, 2017, p. 6).

Ademais, o neoliberalismo se alia ao capitalismo racial, conceito que possui como principais teóricos o já citado Cedric Robinson, Eric Williams e Oliver Cromwell Cox. Um outro importante teórico nesse contexto é Nathaniel F. Enright. Em texto intitulado *The Violence of Information Literacy: Neoliberalism and the Human as Capital*, Enright (2013) aborda o neoliberalismo presente em BCI, o qual é compreendido pelo autor como

um conjunto de ideias e práticas assegurantes da perpétua reorganização e intensificação das relações sociais capitalistas ao mobilizar o Estado para construir relações de mercado ao longo da vida cotidiana. Ao afirmar a primazia do capital, o neoliberalismo subverte formas políticas, estruturas sociais e arranjos econômicos ao subordinar todas as áreas da vida social ao domínio do capital (ENRIGHT, 2013).

O domínio do capital está intrinsecamente vinculado a uma ideologia da supremacia racial branca², na qual são homens de elite, de pertencimento étnico-racial branco, cisheteronormativo, de religiões cristãs ou evangélicas, os proprietários das riquezas advindas dos períodos de escravidão e colonização, dos meios de comunicação em massa, das redes de produção, assim como possuem o poder da tomada decisões na política, saúde, justiça e na economia, decidindo o futuro de nações inteiras. É por meio da estrutura dominante controlada por essa elite que os povos negros sofrem com o capitalismo racial (ROBINSON, 2000; KELLEY, 2000, 2022), especialmente por intermédio da precariedade ocupacional aguda (PRONI; GOMES, 2015), a uberização (FILGUEIRAS; DUTRA, 2021) e a escravidão contemporânea (MIRAGLIA; HERNANDEZ; OLIVEIRA, 2018), todas estratégias dominantes com vistas à extração do capital pelos grandes conglomerados sem políticas contratuais de trabalho com direitos trabalhistas.

Apesar da perspectiva crítica ganhar destaque em pesquisas do campo biblioteconômico-informacional, os estudos críticos das relações sociais no sistema capitalista ainda são incipientes, especialmente os que enfatizam o papel bibliotecário no século XXI. Reside no campo uma falha em conectar as restrições da vida cotidiana e a sociedade da informação dentro de um mundo regado pelo capital e as relações em sociedade (CASTELLS, 1999; WERTHEIN, 2000; ENRIGHT, 2013).

Enright (2013) foi um dos autores que retratou esta falha e em uma apresentação contundente, descreveu a existência de uma convergência entre CoInfo e o neoliberalismo, como mencionamos na seção anterior. O autor constatou que durante muito tempo os estudos e ações voltados à CoInfo deferiram a abordagem do capital humano para a educação e sugeriram que a pessoa competente em informação é construída como um tipo ideal de sujeito neoliberal.

O autor realizou uma cautelosa análise reconstituindo o surgimento da alfabetização em massa e atestando este movimento como simultâneo ao do capital monopolista. Enright (2013) apresenta a genealogia do neoliberalismo inicialmente demarcada pela recessão econômica da

2 Supremacia branca se refere a uma ideologia racista que se baseia na crença de que os brancos são superiores em muitos aspectos às pessoas de outros pertencimentos étnico-raciais e, por isso, os brancos devem dominar outros povos racializados. (SAAD, 2020)

década de 1970 e posterior fuga do capital industrial manufatureiro norte-americano para o “Terceiro Mundo”. A virada neoliberal buscou a minimização da ação do governo, a abertura de espaço para competição e do setor privado visando distribuir as riquezas embasadas nos princípios do mercado e, sobretudo, destruir os sindicatos e instituições antimercado ou anticompetitivas, segundo indicam Tickelle Peck (2003). Foram criadas estratégias que compoariam o “kit de ferramentas neoliberais” que se direcionavam a quatro enfoques: a) privatização de bens públicos pela transformação de um Estado preocupado com o bem-estar público ao oferecer produtos e serviços destinados ao suprimento de direitos humanos básicos para a reconformação de serviços e produtos que visassem o lucro e direitos de propriedade; b) transformação de produtos e serviços em instrumentos de capitalismo especulativo; c) súbito aumento de taxa de juros por parte dos Estados Unidos que levou países endividados a serem espoliados, especialmente os da América Latina, com o intuito de domínio financeiro global norte-americano; d) e, por fim, o Estado neoliberal se torna mecanismo de redistribuição de riqueza para as elites. Tais estratégias neoliberais de governo englobam uma expansão quase constante das áreas da vida social que são mercantilizadas e determinadas pelas relações de mercado e, como tal, a educação – reconstruída como capital humano de desenvolvimento – tem sido um foco importante para os processos neoliberais de privatização, mercantilização e comercialização (HARVEY, 2003, 2005; ENRIGHT, 2013).

Nesse sentido, a globalização, o neoliberalismo e o capitalismo racial se tornaram impeditivos da justiça social para populações negras, à medida que tais populações acabam por serem intencionalmente colocadas em situações de vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas e educacionais com vistas ao desenvolvimento financeiro das elites hegemônicas. E, se o processo de CoInfo, não atentar para este cenário, passa apenas a ser mais um instrumento a contribuir nessa ação. A seguir, abordaremos essa faceta.

4 TEORIA DA JUSTIÇA SOCIAL PARA POPULAÇÃO NEGRA: ESTRATÉGIAS PELALENTE TEÓRICA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Ao ouvirmos o termo justiça social, geralmente associamos ao seu sentido mais básico comumente vinculado aos princípios de justiça e igualdade para todas as pessoas, assim como ao pensamento político e econômico que alinha a justiça social à justiça distributiva, a qual se refere à distribuição justa de bens sociais – tangíveis e intangíveis (REISCH, 2002). David Miller (1976, p. 222, tradução nossa) afirma que a justiça social reflete:

[...] a distribuição de benefícios e encargos em toda a sociedade, pois resulta das principais instituições sociais, como sistemas de propriedade e organizações públicas. Lida com assuntos como a regulamentação de salários e... lucros, a proteção dos direitos das pessoas através do sistema legal, a alocação de moradia, remédios, benefícios sociais etc.

A justiça social pode ser entendida ainda como cada pessoa obter chances e oportunidades para aproveitar sua vida em toda amplitude e usando seus talentos e habilidades (VINCENT, 2012). A teoria da justiça social em BCI possui raízes vinculadas às teorias filosóficas da justiça social, caracterizada a partir da compreensão de que a justiça social é multifacetada e se desenvolve no campo sob um enfoque institucional que utiliza da ética do cuidado, da solidariedade e do respeito, e dos três elementos que compõe a justiça social: a distribuição, a participação e o reconhecimento (MATHIESEN, 2015; SILVA *et al.*, 2021).

Bharat Mehra, Kendra S. Albright e Kevin Rioux (2007) defendem a necessidade de estabelecer agendas de justiça social oriundas de povos não-hegemônicos, além de abordagens que promovam a criação de experiências socialmente significativas em prol das populações vulneráveis. Entendem ainda existir dinâmicas de poder dentro da própria pesquisa em justiça social em BCI, nas quais existem os considerados *pesquisadores* e aqueles considerados *pesquisados*. Nesse sentido, o olhar das pesquisas e atividades biblioteconômicas-informacionais necessita ser para contribuir com a justiça social e mudanças equitativas na vida das pessoas (MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007).

Durrance e Fisher (2005) ainda defendem que poucas vezes conseguimos observar os resultados da ação bibliotecária em termos de justiça social e também na promoção de transformação social na vida de pessoas em situação de vulnerabilidades e racialmente oprimidas. Ademais, o olhar dos pesquisadores para pessoas usuárias de bibliotecas e unidades de informação deveria vincular-se à experiência e conhecimento que essas pessoas de grupos vulneráveis racial e socialmente possuem (MEHRA; ALBRIGTH; RIOUX, 2007), haja vista que, como advoga Kevin Rioux (2010, p. 13), “[todos] os seres humanos têm um valor inerente e merecem serviços de informação que ajudem a atender suas necessidades de informação.”

Entendendo que a CoInfo pode ser vista como um campo cujas ferramentas podem incluir instrumentos tecnológicos, quanto de interesse social, percebemos que não é possível, no entanto, uma abordagem que promova um processo de desenvolvimento de CoInfo isolada dos

contextos sociais, culturais, históricos e tecnológicos, assim como das interferências do capitalismo racial na vida dos sujeitos. Jacobs e Berg (2011) defendem a “investigação apreciativa” como alternativa para a exploração de possibilidades ao invés da busca pela resolução de problemas que se apresentam à CoInfo. Sobre a investigação apreciativa como alternativa, Maureen Sullivan (2004, p. 219, tradução nossa) entende que o foco da ação bibliotecária precisa estar no

[...] envolvimento significativo das pessoas para capacitá-las a contribuir com seu melhor pensamento, atenção ao aprendizado e pensamento generativo, colaboração e construção de relacionamentos de confiança, e foco nos recursos existentes e como fazer o melhor uso deles.

Laura Saunders promove a discussão sobre a informação para justiça social e entende que há estruturas de poder que impactam na criação e na disseminação da informação. Por estar dentro dessas estruturas, a informação pode estar distorcida, suprimida ou deturpada quando chega aos usuários. Por isso, defende que os usuários devem ser capazes de examinar e interrogar tais estruturas de poder para conseguir compreender e usar as informações das quais necessita. Dessa forma, as pessoas que estão desenvolvendo sua competência em informação poderão se ater a alguns elementos, tais como, refletir analiticamente como as estruturas de poder influenciam nas etapas de produção, disseminação, organização, avaliação e uso da informação; avaliar as fontes de informação a partir de critérios como as credenciais da autoria, se houve processo de revisão por pares, se usou metodologias científicas, a existência de agências de fomento, entre outros; reconhecer a incompletude da informação analisada, bem como sua inacessibilidade, ausência de informações e outras dinâmicas de viés desinformativo, dentre outros fatores (SAUNDERS, 2017).

Pensando nisso, a partir da revisão de literatura científica do campo, elaboramos algumas estratégias da justiça social para a população negra, sob o viés da CoInfo, a saber

a) **Educação para a justiça social** (*social justice education* - SJE): considerada uma pedagogia crítica que incorpora a justiça social como componente-chave da prática pedagógica bibliotecária, a *educação para a justiça social* combina perspectivas de interseccionalidade (relacionando gênero, classe e raça) e direitos humanos (SAMEK, 1996, 2007, 2016), buscando preparar os estudantes em Biblioteconomia para assumir seus papéis intelectuais e práticos em sociedades racializadas (MATHUEWS, 2016; PYATI, 2010; RIOUX, 2010; ROBERTS; NOBLE, 2016; HELKENBERG *et al.*, 2018). A partir da dialética entre teorias da Biblioteconomia Crítica

e Progressista (ROBERTSON, 2007; TANUS; SILVA, 2019) e Biblioteconomia Negra (SILVA; SALDANHA, 2019), busca-se a justiça social com a descentralização da perspectiva hegemônica evocadora da supremacia racial branca (HONMA, 2005, 2017; MEHRA, 2021) na educação e práxis em BCI. Nesse sentido, algumas reflexões são necessárias no campo, tais como, a discussão do próprio conceito de biblioteca e sua intrínseca relação com a injustiça social e exclusão de povos não-brancos (LIPSITZ, 2009; LIPSCOMB, 2004, 2005); ações da profissão bibliotecária para a justiça social; as contribuições teóricas e epistemológicas de populações negras, indígenas e outras não-hegemônicas para a construção de BCI; discussão de conceitos sobre racialidade branca em bibliotecas, neutralidade profissional e epistêmica, perspectivas neoliberais na Biblioteconomia e práxis bibliotecárias, entre outros temas, que impactam no atendimento da justiça social às populações negras e outras às margens.

b) **Currículo bibliotecário para a justiça social:** inclusão de teorias básicas sobre justiça social, com os desdobramentos para seus elementos, a saber: justiça de gênero, justiça racial, justiça ambiental e justiça informacional. As diferentes abordagens sobre justiça social e seus princípios (MILLER, 1976, 1991; 1999; REISCH, 2002); as diversas conceituações entre justiça social e direitos humanos (SAMEK, 1996, 2007, 2016; GORHAM; TAYLOR; JAEGER, 2016); aplicação de teorias que abordam questões da justiça social vinculadas aos debates sociais e étnico-raciais (JOSEY, 1970; MORALES; KNOWLES; BOURG, 2014; MATHIESEN, 2015; SOUSA; VALÉRIO; CAMPOS, 2021), tais como teoria crítica, teoria feminista, teoria crítica racial (FURNER, 2007; ADLER; HARPER, 2018), teoria da afrocentricidade (MAZAMA, 2009; ASANTE, 2009); teoria crítica africana (RABAKA, 2009) e teoria marxista (XINSHENG, 2015; ROBINSON, 2000), visando familiarização com as principais discussões no campo biblioteconômico informacional trazidas por autores e autoras como Barat Mehra, David Hudson, Kathleen de la Peña McCook, Kendra S Albright, Kevin S Rioux, Kay Mathiesen, só para mencionarmos alguns.

c) **Ações, programas, seminários, cursos e projetos (pesquisa, ensino e extensão) para a justiça social:** autores e autoras como James Elmborg (2006), Debra Hoffmann e Amy Wallace (2013), Kevin Rioux (2014), Lua Gregory e Shana Higgins (2017) advogam pela criação de programas de competência em informação para a consciência crítica sobre justiça social, visando estabelecer conexões entre a Biblioteconomia, Justiça social e discussões étnico-raciais e sociais, incorporando, inclusive, conceitos como informante intencional (HOFFMANN; WALLACE, 2013), teoria da alfabetização (ELMBORG, 2006), pobreza informacional (MARCELLA; CHOWDHURY, 2018), admiração

vocacional (ETTARH, 2018), assim como as dificuldades práticas e filosóficas para alcançar a Competência em informação em comunidades vulneráveis e subordinadas racialmente. Tanto para a equipe da biblioteca quanto para o corpo docente dos cursos de Biblioteconomia são necessários treinamentos que incluam o pensamento e ações antirracistas, equitativas, inclusivas e socialmente justas, conscientizando tais agentes para incorporação do ativismo da justiça social em suas ações profissionais e epistêmicas. A realização de iniciativas para a justiça social, envolve inclusive, as seguintes esferas: i) alocação de recursos e tempo para oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal para os funcionários (incluindo treinamento); ii) estabelecimento de forças-tarefa ou grupos de trabalho para abordar políticas e procedimentos em bibliotecas e unidades de informação (por exemplo, presença de segurança em espaços de biblioteca); iii) criação de comitês de currículo da biblioteca para examinar e avaliar continuamente a programação instrucional baseada na biblioteca usando uma lente antirracista e inclusiva; iv) identificar questões de pesquisa que precisam ser investigadas, tais como autorias negras da Biblioteconomia, representatividade negra no acervo da biblioteca, entre outros; v) envolvimento das comunidades que utilizam os serviços das bibliotecas para identificar serviços e programas que atendam suas necessidades informações, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidades raciais, sociais e educacionais; vi) construção de parcerias com associações de bibliotecários e conselhos para constituírem parcerias em criação de programas, comitês, eventos, entre outros; v) estabelecer políticas que tragam orientações para justiça social; vi) criar ações como grupos de discussão e clube do livro para promover o pensamento de autorias negras invisibilizadas (JONES; MANI; CARLSON, 2022).

d) **Reparação epistêmica nos acervos:** para que estudantes de Biblioteconomia tenham acesso às discussões sobre raça, racismo, capitalismo racial, globalização e outros temas intrinsecamente ligados ao debate da justiça social é necessário um acervo que promova a reparação epistêmica do conhecimento negro nas instituições, bibliotecas e Biblioteconomia. A reparação epistêmica passa pela leitura e entendimento de lógicas capitalistas de hierarquização de corpos racializados em prol do desenvolvimento de poucos e desigualdades de muitos. Compreender, a partir de outras óticas do conhecimento, a construção de sociedades e destruição da diversidade de formas de ver, ser e estar no mundo em prol de uma sociedade homogeneia e epistemicida permitirá à pessoa bibliotecária uma percepção crítica da sociedade e das dinâmicas de poder e promoção de desigualdades. Dessa forma, a conscientização desses processos históricos, políticos,

econômicos, sociais e raciais comporão o seu pensamento para uma práxis crítica e engajada para a justiça social.

Nessas sugestões, apresentamos elementos que podem ser direcionados diretamente para as ações, atividades, projetos, programas de CoInfo, mas também, questões que devem ser pensadas na formação da pessoa bibliotecária. Defendemos que quem trabalha com o desenvolvimento da CoInfo, deve ser a primeira a ter essa competência desenvolvida, sendo assim, a preparação destes profissionais - principalmente a continuada - é fundamental e deve ser sempre estimulada, aliás, falamos aqui em uma competência que se vincula à educação ao longo da vida.

Importante também mencionarem que momento observamos a aplicação dessas estratégias. Considerando a CoInfo um processo de ensino-aprendizagem, o planejamento para que este processo seja bem-sucedido é imprescindível. E, é nesta etapa de preparação prévia, de reflexão para organização das ações, atividades e programas de CoInfo, que as sugestões postas aqui devem ser discutidas. As proposições apresentadas são direcionadas a um projeto de educação para informação, em um ambiente de aprendizagem inclusivo, que tenha por base um modelo pedagógico crítico, com ensino centrado no sujeito/aluno/público-alvo da ação e com o compromisso de promover o pensamento crítico, reflexivo, antirracista e inclusivo. Deste modo, as estratégias aqui apresentadas devem ser discutidas por toda equipe envolvida no projeto de CoInfo, para que todos compreendam a importância de incorporar questões que tratam de justiça social, pessoas negras, racismo e papel social da pessoa bibliotecária nesse contexto, buscando romper barreiras do racismo estrutural na nossa sociedade, e em especial no nosso meio.

Consideramos, portanto, que por intermédio desses elementos, os princípios para a justiça social voltados para a população negra (mas não só para ela), serão atendidos dentro de BCI, especialmente, quando consideramos a CoInfo como agente de mudança social para essas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou a reflexão teórica sobre justiça social e a população negra, sob a lente da CoInfo. Ao fornecer o panorama da literatura e sua gama de abordagens para pensar a CoInfo e justiça social, promovemos também a discussão sobre o capitalismo, o pensamento neoliberal e o capitalismo racial como impeditivos para o pleno exercício da cidadania das pessoas negras, especialmente pelo entrelaçamento entre racismo e capitalismo presentes nas sociedades.

Não só o discurso da globalização permite a precarização do trabalho e a retirada de direitos fundamentais das populações negras, como o fator racial serve como medida para aplicação de violência, dominação e exploração de tais povos em prol do capital. Sob o olhar da Competência em Informação, apontamos quatro estratégias para que possamos iniciar o caminho no aprofundamento de ação e práxis da Justiça social para a população negra levando em conta sua representatividade, epistemés, cosmovisão e modos de ver e ser no mundo. Tais estratégias devem priorizar as populações subrepresentadas e colocadas às margens e descentralizar os elementos promotores do racismo em bibliotecas e unidades de informação.

Referências

ADLER, Melissa; HARPER, Lindsey M. Race and Ethnicity in Classification Systems: teaching Knowledge Organization from a Social Justice Perspective. *Library Trends*, Illinois, v. 67, n. 1, p. 52-73, 2018. DOI:10.1353/LIB.2018.0025.

ALVES, Ana Paula Meneses. *Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica: o papel do bibliotecário na produção intelectual no ambiente acadêmico*. 2016. 287 f. Tese - (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/143419?show=full>. Acesso em: 19 nov. 2021.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report*, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

BELUZZO, Regina Célia Batista. *A competência em informação no Brasil: cenários e espectros*. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.

BELUZZO, Regina Célia Batista. *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2. ed. rev. ampl. Bauru: Cá entre Nós, 2007.

BORGES, J. Competências infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 28, n.

1, p. 123-140, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38289>. Acesso
em: 26 out. 2021.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S. *Competência crítica em informação
como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano:
diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais
contemporâneas*. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da
Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de
Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de
Janeiro, 2021. Disponível em:
<https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1165>. Acesso em: 18 set. 2021.

BRITO, Tânia Regina; VITORINO, Elizete Vieira. A multidimensionalidade
competência em informação e vulnerabilidade social. *In: CORRÊA, Elisa C.
D.; SPUDEIT, Daniela; VITORINO, Elizete Vieira (org.). Pesquisas e
práticas de competência em informação*. Florianópolis: Rocha Gráfica e
Editora, 2019. p. 25-55. (Selo Nyota).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como
fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de
Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARTA DE MARÍLIA. *In: SEMINÁRIO DE COMPETÊNCIA EM
INFORMAÇÃO: CENÁRIOS E TENDÊNCIAS*. 3., 2014, Marília-SP. *Anais [...]*
Marília-SP: UNESP; UNB; IBICT, 2014. Disponível em:
https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=546. Acesso em: 04 dez.
2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DOHERTY, John J. Giving voice to the silenced: an essay in support of
information literacy. *Library Philosophy and Practice*, [s.l.], p. 1-8, jun.
2007. Disponível em:
[http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context
=libphilpra](http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1133&context=libphilpra). Acesso em: 18 nov. 2021.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Competência informacional: análise
evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em
âmbito mundial. *Informação & Informação*, Londrina, v.15, n.2, p.1-22,
jul./dez. 2010. Disponível em:
<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/artide/view/7045>.
Acesso em: 18 nov. 2021.

DURRANCE, Joan C.; FISHER, Karen. E. *How libraries and librarians help: a guide to identifying user-centered outcomes*. Chicago: American Library Association, 2005.

ELMBORG, James. Critical Information Literacy: Implications for Instructional Practice. *The Journal of Academic Librarianship*, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 192-199, March 2006. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2005.12.004>

ENRIGHT, Nathaniel F. The Violence of Information Literacy: Neoliberalism and the Human as Capital. In: GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana. *Information Literacy and Social Justice: Radical Professional Praxis*. Sacramento: Library Juice Press, 2013. p. 15-38.

ETTARH, Fobazi. Vocational awe and librarianship: the lies we tell ourselves. In *The Library with the Lead Pipe*, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2018/vocational-awe/> . Acesso em: 11 jun. 2021.

FARIAS, Gabriela B. de et al. 20 anos de pesquisa sobre Information Literacy no Brasil: análise temática das teses e dissertações do Catálogo da CAPES. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 289-301, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/35349>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo; DUTRA, Renata. Distinções e aproximações entre terceirização e uberização: os conceitos como palco de disputas. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 34, p. 2-14, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45040>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). COVID-19 e o racismo estrutural no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública (CSP)*, Rio de Janeiro, 01 dez. 2020a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/covid-19-e-o-racismo-estrutural-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). População Negra e Covid-19 – Boletim Corona. *Cadernos de Saúde Pública (CSP)*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2020b. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/video/covid-19-e-o-racismo-estrutural-no-brasil>. Acesso em: 19 nov. 2021.

FURNER, Jonathan. Dewey Deracialized: A critical race-theoretic perspective. *Knowledge Organization*, Baden-Baden, v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento Informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem*. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação: UnB, 2012.

GORHAM, Ursula; TAYLOR, Natalie Greene; JAEGER, Paul T. Volume Editors Introduction: Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice. *Advances in Librarianship*, [s. l.], p. 1-12, 2016. DOI: 10.1108/s0065-283020160000041001.

GREGORY, Lua; HIGGINS, Shana. Reorienting an Information Literacy Program Toward Social Justice: Mapping the Core Values of Librarianship to the ACRL Framework. *Communications in Information Literacy*, [s. l.], v.11, n. 1, p. 42-54, 2017.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HELKENBERG, Davin *et al.* Education for the Common Good: a Student Perspective on Including Social Justice in LIS Education. *Journal of Education for Library and Information Science*, [s. l.], v. 59, n. 4, p. 265-271, 2018. DOI: 10.3138/jelis.59.4.2018-0013.

HOFFMANN, Debra; WALLACE, Amy. Intentional Informationists: Re-envisioning Information Literacy and Re-designing Instructional Programs Around Faculty Librarians' Strengths as Campus Connectors, Information Professionals, and Course Designers. *The Journal of Academic Librarianship*, [s. l.], v. 39, n. 6, p. 546-551, Nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2013.06.004>.

HONMA, Todd. Trippin' Over the Color Line: The Invisibility of Race in Library and Information Studies. *InterActions: UCLA Journal of Education and Information Studies*, Los Angeles, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <http://escholarship.org/uc/item/4nj0w1mp>. Acesso em: 20 jan. 2022.

HONMA, Todd. Foreword. In: SCHLESSELMAN-TARANGO, Gina. (ed.). *Topographies of Whiteness: mapping whiteness in Library and Information Science*. Sacramento: Library Juice Press, 2017.

HORTON JR. Forest Woody. *Overview of Information Literacy Resources Worldwide*. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication->

[materials/publications/full-list/overview-of-information-literacy-resources-worldwide](#). Acesso em: 20 jan. 2022.

HUDSON, David James. On "Diversity" as Anti-Racism in Library and Information Studies: A Critique. *Journal of Critical Library and Information Studies*, [s. l.], n. 1, p. 1-36, 2017. DOI: 10.24242/jclis.v1i1.6.ISSN: 2572-1364.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021*. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais: IBGE, 2021.

JACOBS, Heidi L. M.; BERG, Selinda. Reconnecting Information Literacy Policy with the Core Values of Librarianship. *Library Trends*, Illinois, v. 60, n. 2, p. 383-394, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6103164.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

JONES, Emily P.; MANI, Nandita S.; CARLSON, Rebecca B. Analysis of anti-racism, equity, inclusion and social justice initiatives in library and information science literatura. *Reference Services Review*, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 81-101, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/RSR-07-2021-00322022>.

JOSEY, Elonnie J. *The Black Librarian in America*. Metuchen: Scarecrow Press, 1970.

KELLEY, Robin D. G. Forewod. In: ROBINSON, Cedric. *Black Marxism: the Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

KELLEY, Robin D. G. Inseguro: Policiamento sob o capitalismo racial. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 379-409, jan./abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4322/dilemas.v15n1.43308>.

KUHLTHAU, Carol Collier. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica*. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte. Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=53. Acesso em: 08 set. 2021.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. *Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, São Paulo, ano X, n. 19, p. 64-82, ago. 2017.

LIPSITZ, George. Libraries & Memories: beyond White privilege. *Progressive Librarian*, [s. l.], n. 32, p. 3-9, 2009. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL32/003.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LIPSCOMB, Carolyn E. Race and librarianship: part I. *Journal of the Medical Library Association*, [s. l.], v. 92, n. 3, p. 299-301, July 2004. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC442167/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LIPSCOMB, Carolyn E. Race and librarianship: part II. *Journal of the Medical Library Association*, [s. l.], v. 93, n. 3, p. 308-310, July 2005. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1175796/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MARCELLA, Rita; CHOWDHURY, Gobinda. Eradicating information poverty: An agenda for research. *Journal of Librarianship and Information Science*, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 366-381, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0961000618804589>.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. *Library Trends*, Illinois, v. 64, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>

MATHUEWS, Kathy. Moving beyond diversity to social justice: a call to action for academic librarians. *Progressive Librarian*, [s. l.], v. 44, p. 6-27, 2016. Disponível em: <http://www.progressivelibrariansguild.org/PL/PL44/006.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-128. MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Artes & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MEHRA, Bharat; ALBRIGHT, Kendra S.; RIOUX, Kevin. A practical framework for social justice research in the information professions. *ASIS&T: Proceedings of the American Society for Information Science and Technology*, [s. l.], v. 43, n. 1, p 1-10, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/meet.14504301275>

MEHRA, Bharat. Enough crocodile tears! Libraries moving beyond performative antiracist politics. *The Library Quarterly*, [s. l.], v. 91, n. 2, p. 137-149, 2021. DOI: 10.1086/713046.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira; HERNANDEZ, Julianna do Nascimento; OLIVEIRA, Rayhanna Fernandes de Souza. *Trabalho escravo contemporâneo: conceituação, desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MILLER, David. *Social justice*. Oxford: Clarendon Press, 1976.

MILLER, David. Recent Theories of Social Justice. *British Journal of Political Science*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 371-391, July 1991. DOI: 10.1017/S0007123400006207.

MILLER, David. *Principles of Social Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

MORALES, Myrna; KNOWLES, Claire; BOURG, Chris. Diversity, social justice, and the future of libraries. *Portal: Libraries and the Academy*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 439-451, 2014.

PERINI, Erica Rezende; CIPRIANI, Flávia Marcele. Os reflexos da pandemia da Covid-19 na vida de estudantes pretos e pardos do Brasil. *Cadernos do Aplicação*, Porto Alegre, v. 34., n. 2, jul. dez. 2021.

PYATI, Ajit. Understanding the role of information policy in LIS education. *Felicitar*, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 116-118, 2010. Disponível em: http://www.community.cla.ca/wp-content/uploads/2016/03/56_3.pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

PRADO, Hugo Leonardo; da Silva; SERAFIM, Jucenir; Duarte; COELHO, Clara; BARTALO, Linete. A competência em informação dos estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 102-114, maio-agosto, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14750845009.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Jkxxc35wnZkzV8tY7vkXSpx/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

REISCH, Michael. Defining Social Justice in a Socially Unjust World. *Families in Society: The Journal of Contemporary Social Services*, [s. l.], v. 83, n. 4, p. 343-354, 2002.

RABAKA, Reiland. Teoria Crítica Africana. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 129-146.

REZENDE, Rodrigo. Relatório da CPI aponta que população negra foi mais atingida durante a pandemia. *Rádio Senado*, Brasília, 29 out. 2021.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/29/relatorio-da-cpi-aponta-que-populacao-negra-foi-mais-atingida-durante-a-pandemia>.

Acesso em: 19 nov. 2021.

RIGHETTO, Guilherme G. *Competência em Informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RIOUX, Kevin. Metatheory in library and information science: a nascent social justice approach. *Journal of Education for Library and Information Science*, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 9-17, 2010. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/20720477> Acesso em: 20 nov. 2021.

RIOUX, Kevin. Teaching Social Justice in an Information Literacy Course: an Action Research Case Study. *Qualitative and Quantitative Methods in Libraries (QQML) Special Issue Social Justice, Social Inclusion*, [s. l.], p. 23-30, 2014.

ROBERTS, Sara T.; NOBLE, Safiya U. Empowered to name, inspired to act: social responsibility and diversity as calls to action in the LIS context.

Library Trends, Illinois, v. 64, n. 3, p. 512-532, 2016. DOI:

<https://doi.org/10.1353/lib.2016.0008>.

ROBERTSON, T. Critical Librarianship: an interview with Toni Samek. *TaraRobertson.ca*, 13 nov. 2007. Disponível em:

<https://bclaifc.wordpress.com/2007/11/13/critical-librarianship-an-interview-with-toni-samek/>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ROBINSON, Cedric J. Racial capitalism: the nonobjective character of capitalism development. In: ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism: the Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

SAAD, Layla F. *Eu e a supremacia branca: reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SAMEK, Toni. The library bill of rights in the 1960s: one profession, on ethic. *Library Trends*, Illinois, v. 45, n. 1, p. 50-60, 1996.

SAMEK, Toni. *Librarianship and Human Rights: a twenty-first century guide*. Inglaterra: Chandos Publishing, 2007.

SAMEK, Toni. Critical Reflection on Librarianship and Human Rights: a Book and Continuing Endeavor. *Perspectives on Libraries as Institutions of Human Rights and Social Justice*, [s. l.], v. 41, p. 245-263, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1108/S0065-283020160000041010>

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre da; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria de. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 225-243, 2020. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Waneska Cardoso dos; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Ações para a formação da competência em informação: relato de experiência. *Informação@Profissões*, Londrina, v. 7, n. 2, p. 153-175, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/artide/view/34664>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SAUNDERS, Laura. Connecting Information Literacy and Social Justice: Why and How? *Communications in Information Literacy*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 55-75, 2017.

SILVA, Franciéle C. G.; SALDANHA, Gustavo S. Biblioteconomia Negra Brasileira: caminhos, lutas e transformação. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, São Paulo, v. 12, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/artide/view/492>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SILVA, Franciéle C. G.; GARCEZ, Dimele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]* Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021.

Disponível em:

<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 26, mar. 2021.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/210304_bapi_26_artigo_5.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

SULLIVAN, Maureen. The promise of Appreciative Inquiry in library organizations. *Library Trends*, Illinois, v. 53, n. 1, p. 218-229, 2004.

SOUSA, G. K. A.; VALÉRIO, E. D.; CAMPOS, A. F. Competência em informação para a igualdade racial. *Logeion: filosofia da informação*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 128-144, 2021. Disponível em:

<https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5639>. Acesso em: 19 nov. 2021.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C; SILVA, Daniela Cândido. Biblioteconomia social, crítica e progressista: mapeamento da produção científica nacional e internacional. *Revista Informação na Sociedade Contemporânea*, Natal, v.3, p. 1-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2019v3n0ID18371>.

TICKELL, Adam; PECK, Jamie. Making global rules: globalization or neoliberalization? In: PECK, Jamie; YEUNG, Henry (org.). *Remaking the Global Economy*. Londres: Sage, 2003. p.163-181.

UNESCO. *Media and Information Literacy*. [2020]. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/media-development/media-literacy/mil-as-composite-concept/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

URIBE-TIRADO, A. *Lecciones aprendidas en Programas de Alfabetización Informacional en universidades de Iberoamérica: propuestas de buenas prácticas*. 2013. 406 f. Tesis (Doctoral en Información y Comunicación) - Universidad de Granada, Granada, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22416/1/TESIS%20COMPLETA.%20Alejandro%20Uribe%20Tirado.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

VINCENT, John. The role of public libraries in social justice. *Prometheus*, v. 30, n. 3, p. 349-351, 2012. DOI: 10.1080/08109028.2012.702057.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da "vulnerabilidade em

informação". *Ciência da Informação*, Brasília, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 3 set. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (org.). *As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política*. Porto Velho: EDUFRO, 2020. Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. *Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a ciência da informação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%3%aaancia%20em%20informa%3%a7%c3%a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 set. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional - bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328/>. Acesso em: 04 set. 2021.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/rmmlFLLbYsjPrkNrbkrK7VF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2021.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/rmmlFLLbYsjPrkNrbkrK7VF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2021.

XINSHENG, Wang. A Fourfold Defense of Marx's Theory of Justice. *Social Sciences in China*, v. 36, n. 2, p. 5-21, 2015. DOI: 10.1080/02529203.2015.1029662.

ZURKOWSKI, Paul. G. *The Information Service Environment Relationships and Priorities*. Washington, DC: National Commission on Libraries and

Information Science. Nov. 1974. Disponível em:
<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.